

Sem lei salarial esquerda promete obstruir esforço

A realização do segundo turno das eleições, em 15 Estados, no domingo, suspendeu as atividades do Congresso Nacional, previstas para esta semana. Até mesmo os líderes partidários desistiram de se reunir para dar início à negociação da pauta de votação do próximo esforço concentrado, que acontece entre os dias 4 e 14 de dezembro. Como o Congresso só pode entrar em recesso, a partir do dia 15 de dezembro, se o Orçamento da União para 1991 estiver aprovado, os líderes de partidos de esquerda começam a ameaçar com uma nova obstrução. Eles estão condicionando a votação do Orçamento e, consequentemente, o início do recesso, à aprovação de uma nova política salarial. "Se não votarmos uma nova política salarial, ninguém terá recesso", garante o deputado José Genoíno, do PT paulista.

A se confirmar as previsões de assessores do PMDB, PFL, e PSDB, que apostam no esvaziamento do Congresso até o dia 4 de dezembro, a manobra dos partidos

de esquerda poderão ter sucesso. Isso porque, de acordo com os assessores, a atividade do Congresso só terá chances de se normalizar após a apuração dos votos nos Estados onde será realizado o segundo turno das eleições. Antes disso, garantem, poucos parlamentares comparecerão às sessões ou terão condições de negociar a aprovação ou rejeição de qualquer matéria. Como política salarial é um assunto muito polêmico, será praticamente impossível que as lideranças cheguem a um acordo em apenas duas semanas.

Isolamento

Além disso, a sinalização do presidente Fernando Collor de Mello de uma mudança nas relações Executivo/Legislativo, segundo anunciou o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), uma pausa nas discussões dentro do Congresso é inevitável. Na semana passada, a Câmara derrubou o veto do presidente do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social. Isso foi suficiente para que os líderes ligados

ao Planalto, como Ricardo Fiúza, do PFL, e Gastone Righi, do PTB, anunciassem que votariam a favor de uma nova política salarial. "O Governo precisa sair do isolamento e discutir com as lideranças políticas suas propostas. Caso contrário, o caos é inevitável", afirmou ontem o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Enquanto os parlamentares estão envolvidos com a campanha eleitoral e o Governo decide como poderá se aproximar do Legislativo, a pauta de votação do Congresso continua cheia de matérias pendentes de apreciação. Vinte e uma medidas provisórias têm a preferência de votação. Dentre elas a que trata da reposição das perdas salariais ocorridas antes do Plano Collor e a que dispõe sobre o reajuste das mensalidades escolares. Essa pauta, no entanto, está obstruída pelo veto ao Plano de Custeios e Benefícios da Previdência, que depende de apreciação do Senado Federal.